

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.949 - SP (2019/0143163-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CAMILA MARIA OLIVEIRA PACAGNELLA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CAMILA MARIA OLIVEIRA PACAGNELLA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PENAL ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO PRATICADO POR TERCEIROS SEM ENVOLVIMENTO DO BENEFICIÁRIO DE PRESTAÇÃO ASSISTENCIAL ARTIGO 171 § 3 DO CÓDIGO PENAL PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO RETROATIVA INOCORRÊNCIA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS IMPROCEDÊNCIA DAS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS APELANTES PROVA DE AUTORIA E COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL INDEVIDO MEDIANTE FALSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DE DOCUMENTO ESSENCIAL AO SEU DEFERIMENTO INDUZINDO A ERRO O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL MANUTENÇÃO DA R SENTENÇA

[...]

4. A materialidade do crime em questão colhe-se, inicialmente, das provas materiais amealhadas no bojo do próprio processo administrativo instaurado no âmbito do INSS, bem como pelo depoimento da beneficiária do expediente fraudulento praticado pelas apêlantes, as quais havia constituído como advogadas.

5. O objeto material da falsidade consiste na declaração de estado civil da beneficiária como separada, quando na verdade permaneceu casada. Como consequência do expediente fraudulento, sem que a idosa em questão preenchesse de fato os requisitos legais, o INSS implementou a concessão indevida do amparo social sob o NB 5360627561, com renda mensal inicial no importe de R\$ 465,00, a partir de 18.06.2009.

6. Iniciado processo de revisão administrativa do benefício, foi realizada diligência no endereço residencial da beneficiária a fim de verificar se a idosa em questão ainda vivia maritalmente ou de fato havia se separado. Como resposta, a própria beneficiária, e seu também filho, disseram que ambos residiam naquele endereço, e que a idosa jamais havia se separado do marido.

7. informação prestada pelo serviço de previdência social do município de Araras ao INSS dá conta de que, à época do requerimento fraudulento de benefício assistencial, a renda familiar seria, no mínimo, correspondente à aposentadoria por invalidez percebida mensalmente pelo esposo da idosa requerente, pago a partir de 01.07.1994, a qual, em 12.09.2011, correspondia à renda mensal de R\$ 1.153,95.

8. Cessado o pagamento indevido de benefício em 01.12.2011, o INSS apurou como indébito o valor de R\$ 15.504,86 (corrigido até outubro de 2011).

9. O laudo pericial excluiu a possibilidade de a beneficiária ter assinado a declaração fraudulenta relativa ao estado civil de separação conjugal.

Igualmente, atribuiu os lançamentos no referido documento às advogadas ora apelantes.

10. Vale dizer que a perícia resultou inconclusiva tão somente no que se refere ao padrão de escrita que após o endereço das indigitadas testemunhas, o que não afasta nem contradiz as conclusões gerais do laudo, que decorrem da análise dos outros agrupamentos de escritas existentes no documento periciado, comprovando a interferência de ambas as apelantes no documento com intenção de iludir o INSS a conceder benefício indevido.

11. Com relação ao elemento subjetivo atinente ao crime de estelionato previdenciário, o objetivo de obter a concessão de benefício indevido, mediante a indução do INSS em erro quanto a elementos essenciais à análise do direito pleiteado, é ínsito à atuação das advogadas que instruíram, com documento falso, o requerimento junto à autarquia previdenciária.

12. Não é preciso que o agente obtenha para si a vantagem correspondente ao benefício indevido, entretanto, no caso, as ora apelantes auferiram honorários advocatícios pelo êxito na concessão do benefício em favor da cliente.

13. Embora não tenham sido arroladas testemunhas pela acusação, o vasto conjunto probatório ora declinado demonstra de forma cabal a materialidade e a autoria do delito descrito no art. 171, § 3º, do Código Penal.

14. Como se percebe pelo teor dos interrogatórios, as apelantes não explicam a correspondência entre o padrão gráfico que possuem e os padrões detectados no documento falsificado. Sequer explicam como uma pessoa idosa, de pouca instrução, poderia ter prestado tal declaração falsa, que faz uso de expressões restritas ao conhecimento jurídico.

15. Os fatos acima retratados, não contrastados pela defesa, conduzem à responsabilidade penal das apelantes relativamente ao estelionato previdenciário sob exame, na medida em que, atuando como advogadas, firmaram declaração ideologicamente falsa, para instruir requerimento de benefício assistencial em nome de pessoa idosa, iludindo o INSS quanto ao preenchimento dos requisitos legais para a concessão do amparo assistencial, em virtude do qual obtiveram para outrem, e, indiretamente para si, através de honorários advocatícios, vantagem indevida, consistente em prestações indevidas que somaram o montante de R\$ 15.504,86.

16. Consequentemente, a sentença resta irretocável nos termos em que

exarada, com exceção no tocante à dosimetria penal, imposta às apelantes no mínimo cominado pelo art. 171, caput, e § 3º, do Código Penal, qual seja, um ano e quatro meses de reclusão, no regime inicial ABERTO, e multa de 13 dias - multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, com substituição da privação da liberdade por duas penas restritivas de direito:

prestação de serviço à comunidade, a ser especificada pelo juízo da execução, e prestação pecuniária no importe de cinco salários mínimos vigentes à época da sentença, facultado o parcelamento em até dez vezes.

17. Com efeito, mereceria reparo a sentença no que se refere às circunstâncias judiciais do delito sob exame, na medida em que deveria ser valorada negativamente a culpabilidade das acusadas tendo em vista terem praticado o crime no desempenho da advocacia, atividade indispensável à administração da justiça (art. 133 da Constituição da República), sem embargo da infração ética profissional, o que pressuporia um atuar consentâneo com o ordenamento pátrio, não observado quando do cometimento da infração, de modo que se imporia a exacerbação da pena-base, não fosse a ausência de recurso acusatório, restando devida a manutenção da pena tal como formatada na sentença, em respeito à vedação da reformatio in pejus. Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

18. Questão preliminar de prescrição rejeitada. Apelações desprovidas.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, no que concerne à insuficiência de provas quanto ao dolo da recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

O art. 171 do Código Penal não prevê a modalidade culposa, razão pela qual a condenação pelo crime de estelionato exige a comprovação idônea e suficiente do dolo, da vontade livre e consciente de cometer o fato típico.

No caso concreto aqui debatido, a materialidade da infração foi considerada comprovada por meio da apresentação de dados obtidos em processo administrativo e por meio de perícia.

No entanto, a autoria restou insuficientemente fundamentada, já que o dolo não foi demonstrado. Verifica-se, assim, frontal violação ao princípio do in dubio pro reo. Os elementos utilizados para fundamentar a acusação se limitaram a presunções acerca do dolo da recorrente. (fls. 539).

A ausência de prova direta e suficiente do dolo da agente deve levar à conclusão que durante a instrução a acusação não logrou êxito em demonstrar o dolo do agente. O in dubio pro reo, consagrado no Código de Processo Penal, é princípio norteador: havendo dúvida, decide-se em favor do réu. (fls. 540).

[...]

A fundamentação utilizada na sentença é claramente deficiente, presumindo o dolo, ignorando as declarações contrárias da recorrente, fonte única de prova sobre o elemento subjetivo, diante da não apresentação de provas neste sentido pela acusação, em violação frontal ao princípio do in

dublo pro reo.

A fundamentação do V. Acórdão, por sua vez, para além de ignorar as declarações da recorrente quanto ao dolo, o presume com base na atuação de advogada da recorrente, em flagrante ofensa à dignidade da advocacia. Ora, a atuação das advogadas tem clara intenção de conquistar o que é por elas pleiteado, o que não significa presumir o dolo de induzir em erro o INSS. (fls. 540).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, consta do acórdão recorrido o seguinte:

Com relação ao elemento subjetivo atinente ao crime de estelionato previdenciário, o objetivo de obter a concessão de benefício indevido, mediante a indução do INSS em erro quanto a elementos essenciais à análise do direito pleiteado, é ínsito à atuação das advogadas que instruíram, com documento falso, o requerimento junto à autarquia previdenciária.

Não é preciso que o agente obtenha para si a vantagem correspondente ao benefício indevido, entretanto, no caso, as ora apelantes auferiram honorários advocatícios pelo êxito na concessão do benefício em favor da cliente Olga (conforme interrogatório judicial da apelante DÉBORA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA, registrado aos 9' da mídia à fl. 419), que não cumpria os requisitos legais necessários ao amparo assistencial.

Embora não tenha sido arroladas testemunhas pela acusação, o vasto conjunto probatório ora declinado demonstra de forma cabal a materialidade e a autoria do delito descrito no art. 171, § 3º, do Código Penal. (fl. 517).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

